



REGULAMENTO ELEITORAL

Aprovado em Reunião de Direcção de 12 de Outubro de 2016

Aprovado em Assembleia Geral de 24 de Janeiro de 2017

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Âmbito

O presente Regulamento Eleitoral visa regulamentar e desenvolver as normas estatutárias que versam matéria eleitoral, designadamente as eleições para titulares dos órgãos associativos e para delegados à Assembleia Geral e matérias conexas, como as designações dos representantes por inerência ou os procedimentos em caso de vacatura de lugares.

Artigo 2º

Período eleitoral

- 1 - As eleições para titulares dos órgãos da AGN que devam ser eleitos realizam-se em data que se situe no primeiro trimestre do ano em que inicia o Ciclo Olímpico.
- 2 - As eleições referidas no número anterior terão lugar em Assembleia Geral Extraordinária, convocada apenas para esse fim, designada Assembleia Geral Eleitoral.
- 3 - As eleições para delegados à Assembleia Geral devem ter lugar igualmente no primeiro trimestre do ano em que inicia o Ciclo Olímpico, mas sempre em momento anterior, calculado por forma a que, tendo em conta os prazos regulamentares, os delegados então eleitos venham a ser os convocados para a Assembleia Geral convocada para eleger os órgãos associativos.
- 4 - As eleições para delegados decorrem em assembleia de voto com um tempo de abertura máximo de seis horas e preferencialmente ao sábado.

Artigo 3º

Duração e limitação de mandatos

- 1 - O mandato dos titulares dos órgãos da AGN é de quatro anos, coincidente com o ciclo olímpico.
- 2 - Ninguém pode exercer mais do que três mandatos seguidos num mesmo órgão da AGN.
- 3 - No caso de um órgão ficar sem *quorum* constitutivo, haverá eleições de novos titulares para a totalidade dos membros do órgão, e os titulares eleitos cumprirão um mandato limitado ao termo do ciclo olímpico em curso.
- 4 - Os titulares dos órgãos eleitos que hajam perdido ou renunciado ao mandato não podem candidatar-se ao mesmo órgão nas eleições imediatas, nem nas que se realizem no quadriénio imediatamente subsequente à perda ou renúncia.

Artigo 4º

Requisitos gerais de elegibilidade

- 1 - São elegíveis para titulares dos órgãos associativos, e para delegados à Assembleia Geral, os cidadãos que, cumulativamente, preencham os seguintes requisitos:
Ser maior, não afectado por qualquer incapacidade de exercício;
Estar no pleno gozo dos seus direitos civis e políticos;
Não ser devedor da AGN;
Não ter sido punido por infracção de natureza criminal, contra-ordenacional ou disciplinar em matéria de violência, dopagem, corrupção, racismo e xenofobia, até cinco anos após o cumprimento da pena, nem ter sido punido por crimes praticados no exercício de cargos dirigentes em associações ou federações desportivas, ou por crimes contra o património destas, até cinco anos após o cumprimento da pena, salvo se sanção diversa lhe tiver sido aplicada por decisão judicial.
- 2 - No caso dos candidatos a titulares dos órgãos associativos, é ainda exigido que não estejam abrangidos por nenhuma das situações referidas no artigo anterior.

Artigo 5º

Inexistência de incompatibilidades

- 1 - É ainda requisito de elegibilidade para titular dos órgãos associativos que, no momento da apresentação da candidatura, se verifique a inexistência de qualquer das circunstâncias que possam levar à incompatibilidade com a função, tais como previstas no artigo 17º dos Estatutos, com as seguintes excepções ou especificidades:
 - a) O candidato que faça parte dos órgãos cessantes não necessita renunciar ou suspender o respectivo mandato, mesmo que se candidate a um órgão diferente daquele que ocupa;
 - b) O candidato que, no momento da apresentação da candidatura seja interveniente, directo ou indirecto, em contrato celebrado com a AGN deve assinar declaração, sob compromisso de honra, em como cessará de imediato essa intervenção,

em caso de ser eleito, sem que por isso lhe advenha direito a qualquer indemnização que por força dessa cessação lhe pudesse ser devida;

c) Nenhum candidato pode, no momento da apresentação da candidatura, exercer qualquer cargo nos órgãos das associações distritais ou regionais ou ser titular dos órgãos sociais das entidades filiadas ou dirigentes das suas respectivas secções das disciplinas gímnicas;

d) O candidato que seja técnico no activo, deve declarar essa qualidade e assinar declaração, sob compromisso de honra, em como cessará de imediato essa actividade, pedindo a suspensão da sua filiação nessa qualidade, em caso de ser eleito.

2 – Para efeitos do disposto na alínea c) do número anterior, basta ao candidato suspender temporariamente as funções que o tornariam inelegível, por incompatibilidade, até às eleições, só a elas renunciando definitivamente em caso de ser eleito.

Artigo 6º

Requisitos especiais de elegibilidade

1 – Os candidatos a titulares do cargo de Presidente do Conselho de Disciplina são, obrigatoriamente, licenciados em Direito.

2 – Os candidatos a titulares do cargo de Presidente do Conselho Jurisdicional são, obrigatoriamente, licenciados em Direito.

Artigo 7º

Requisitos de elegibilidade dos delegados

1 - Para além dos requisitos gerais de elegibilidade previstos no nº 1 do artigo 4º, cada delegado pode ser eleito apenas para representar uma única entidade.

2 – Os candidatos a delegados têm, ainda, que preencher os critérios pelos quais uma determinada categoria de agentes desportivos tem direito à representação na Assembleia Geral, tal como definida nos Estatutos, tendo a correspondente capacidade eleitoral activa.

3 – Os candidatos que possuam mais do que uma qualidade de agente desportivo, podem escolher a categoria em que se candidatam, mas não podem ser candidatos em mais do que uma categoria de delegados.

Artigo 8º

Expediente e acta eleitoral

1 - Para todo o expediente relacionado com o processo eleitoral será organizado um processo, com termo de abertura e encerramento lavrado e assinado pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, iniciado com o aviso convocatório para as eleições, e terminado com cópia da acta do acto eleitoral, com a respectiva contagem de votos e apuramento de resultados.

2 – Nas eleições para titulares dos órgãos associativos, no final do acto eleitoral, será lavrada uma acta de Assembleia Geral Eleitoral, no livro próprio, da qual conste todo o decurso do acto eleitoral, e todas as incidências ocorridas, a qual será assinada pelo Presidente da Mesa e demais elementos desta que se encontrem presentes, bem como pelos mandatários das listas concorrentes.

Artigo 9º

Prazos

Todos os prazos referidos no presente Regulamento são contínuos, porém, terminando o prazo para a prática de qualquer acto em dia em que os serviços da AGN se encontrem encerrados, o seu termo transfere-se para o primeiro dia útil seguinte, sem prejuízo dos actos que, pela sua natureza, hajam de ser praticados de imediato, mesmo que em dia não útil.

Artigo 10º

Publicitação do processo eleitoral

1 – Desde a publicação do aviso convocatório e até conclusão do processo eleitoral, todos os actos relevantes relativos ao processo eleitoral, que não devam ser secretos, serão divulgados e publicitados no site da AGN

2 – É da competência do Presidente da Assembleia Geral a indicação dos actos a publicitar no site da AGN, nos casos que não estejam especialmente previstos no presente Regulamento.

Artigo 11º

Publicação de resultados

1 - Os resultados eleitorais definitivos serão publicados no site da AGN no primeiro dia útil seguinte ao da realização das eleições para titulares dos órgãos associativos.

2 – No caso das eleições para delegados, os resultados eleitorais serão publicados no site da AGN no primeiro dia útil posterior àquele em que tiver lugar o último acto eleitoral, após a aprovação da acta de apuramento geral pela Comissão Eleitoral.

3 – No mesmo prazo será publicada a lista completa da totalidade dos delegados que passam a compor a Assembleia Geral, incluindo os que hajam sido designados para a representação por inerência.

Artigo 12º

Posse e investidura

1 - O Presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral confere posse ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral eleito, sendo lavrado em livro próprio existente para o efeito um auto de posse, assinado por ambos.

2 – Após tal posse, o novo Presidente da Mesa da Assembleia confere posse aos demais titulares eleitos para os órgãos associativos, assinando com eles o respectivo auto de posse.

3 – Os delegados à Assembleia Geral não tomam posse, ficando automaticamente investidos nas suas funções imediatamente após a publicação dos resultados eleitorais e da lista referida no nº 3 do artigo 11º.

CAPÍTULO II SISTEMAS ELEITORAIS

Artigo 13º

Eleições para órgãos associativos

1 - O Presidente e a Direcção, a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal, o Conselho de Disciplina e o Conselho Jurisdicional são eleitos em listas próprias, plurinominais no caso dos órgãos colegiais, através de sufrágio directo e secreto.

2 - Será eleito a lista que à primeira volta obtiver mais de metade dos votos expressos.

3 – Se nenhuma das listas candidatas obtiver esse número de votos, as duas listas mais votadas, disputarão uma segunda volta, que se realizará no prazo máximo de 8 (oito) dias, da qual será vencedora aquela que obtiver a maioria dos votos expressos.

4 – Em caso de empate, em qualquer das voltas, proceder-se-á a nova votação até que o desempate se desfaça.

5 – Os membros dos órgãos colegiais, excepto a Direcção, são eleitos de acordo com o princípio da representação proporcional e o método da média mais alta de Hondt na conversão dos votos em número de mandatos.

6 – A conversão dos votos em mandatos nos termos do número anterior efectua-se aplicando uma fórmula matemática, destinada a calcular a distribuição dos mandatos pelas listas concorrentes, em que cada mandato é sucessivamente alocado à lista cujo número total de votos, dividido pelos números inteiros sucessivos, começando no número um; o processo de divisão prossegue até se esgotarem todos os mandatos e todas as possibilidades de aparecerem quocientes iguais aos quais ainda caiba um mandato.

7 – Em caso de igualdade de votos em qualquer quociente, o mandato é atribuído à lista menos votada.

Artigo 14º

Eleições para delegados

1 - Os delegados à Assembleia Geral são eleitos, em listas uninominais, através de sufrágio directo e secreto, dentro de cada universo eleitoral, nos termos estabelecidos nos Estatutos e no presente Regulamento.

2 – Cada delegado é eleito de acordo com o sistema maioritário a uma volta.

3 – Os candidatos derrotados serão considerados suplentes para substituírem o delegado eleito, em caso de vacatura, nos casos em que a substituição é permitida, de acordo com o presente Regulamento.

CAPÍTULO III PROCESSO ELEITORAL DA ELEIÇÃO PARA TITULARES DOS ÓRGÃOS ASSOCIATIVOS

Artigo 15º

Assembleia eleitoral

1 - Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ouvida a Direcção, a marcação da data, hora e local das eleições, em obediência ao disposto nos Estatutos e no presente Regulamento.

2 – A Assembleia Geral Eleitoral não pode iniciar-se antes das 9 horas da manhã, nem depois das 20 horas, e terá que incluir um período destinado à votação de duração não inferior a 4 (quatro) horas.

3 – A Assembleia Geral Eleitoral terá lugar na sede da AGN ou noutro local designado pelo Presidente da Mesa.

Artigo 16º
Convocatória

- 1 - A convocatória para a Assembleia Geral Eleitoral será feita pelo Presidente da Mesa, com a antecedência mínima de 20 (vinte) dias em relação à data fixada para as eleições, por meio de aviso convocatório por ele assinado e expedido directamente a todos os delegados que compõem a Assembleia Geral, de acordo com os resultados eleitorais das eleições para delegados antes realizadas.
- 2 – Do aviso convocatório deve constar obrigatoriamente o local e horário em que terá lugar a realização da Assembleia Geral Eleitoral.
- 3 – Do aviso convocatório deve constar a data limite para a apresentação de listas de candidaturas, de acordo com o estabelecido no presente Regulamento.
- 4 – O aviso convocatório é obrigatoriamente enviado por qualquer meio considerado idóneo para o objectivo.
- 5 – Na mesma data deve ainda ser afixado o aviso convocatório em local bem visível, na sede da AGN, bem como publicado no respectivo site oficial.

Artigo 17º
Direcção e coordenação do processo eleitoral

- 1 - A direcção e coordenação do processo eleitoral para os órgãos associativos competem ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que zelará pela sua legalidade e cumprimento de todas as normas estatutárias e regulamentares aplicáveis.
- 2 – Compete igualmente ao Presidente da Mesa a decisão sobre todas as reclamações apresentadas durante o processo eleitoral, presidindo, com voto de qualidade, às reuniões que apreciem recursos que tenham de ser julgados pela totalidade da Mesa da Assembleia Geral.
- 3 – O Presidente da Mesa pode nomear um máximo de 3 (três) elementos para o auxiliarem e coadjuvarem durante todo o processo eleitoral, de entre os funcionários ou técnicos da AGN, que não façam parte dos órgãos associativos, nem sejam candidatos integrantes de nenhuma lista.
- 4 – A identificação dos elementos nomeados nos termos do número anterior será divulgada no site oficial da AGN.

Artigo 18º
Caderno eleitoral

Os serviços da AGN, sob supervisão do Presidente da Mesa, organizarão um caderno eleitoral do qual constará a identificação de todos os delegados que, nesse momento, constituam a Assembleia Geral.

Artigo 19º
Apresentação de listas

- 1 – As listas de candidaturas devem ser apresentadas ao Presidente da Assembleia Geral, entregues na sede da AGN, até 20 (vinte) dias antes do dia do acto eleitoral.
- 2 – As listas serão classificadas por uma sequência alfabética, para cada órgão, de acordo com a respectiva ordem cronológica de entrada.
- 2 – As listas de candidaturas para os diversos órgãos a eleger não têm que compreender candidaturas para mais do que um órgão.
- 3 – As listas de candidatura têm que ser subscritas por um mínimo de 4 (quatro) dos delegados que compõem a Assembleia Geral.
- 4 – Nenhum delegado pode subscrever mais do que uma lista para o mesmo órgão.
- 5 – O mesmo candidato não pode apresentar-se em mais de uma lista, mesmo que para órgãos diferentes.
- 6 – As listas de candidatura para órgãos colegiais têm que incluir candidatos para todos os lugares que compõem o órgão, e ainda dois suplentes para cada órgão, destinados a integrar o órgão em caso de vacatura de algum dos seus lugares, nos termos previstos no artigo 21º dos Estatutos.

Artigo 20º
Mandatários

- 1 – As listas de candidaturas devem ser apresentadas através de um mandatário, que pode subscrever diversas listas, para diferentes órgãos, mas não pode subscrever mais do que uma lista para o mesmo órgão.
- 2 – O mandatário será para todos os efeitos, durante o período eleitoral e até que se tornem definitivos os resultados eleitorais, o representante das listas que subscreveu, designadamente para apresentação de reclamações e recursos,

pedidos de esclarecimentos ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral ou recepção de notificações, devendo ainda estar presente em todos os actos para que seja convocado.

Artigo 21º

Instrução das listas de candidaturas

1 – Cada lista de candidatura deve obrigatoriamente conter:

A indicação do órgão associativo a que se candidata;

Os nomes completos dos candidatos que integram a lista;

A indicação do candidato a Presidente ou outro cargo especial que o órgão comporte, de acordo com os Estatutos;

A identificação do respectivo mandatário, que assinará a lista e o respectivo documento de apresentação;

O documento de subscrição dos delegados que subscrevem a lista, assinado por todos eles.

2 – Cada lista de candidatura será acompanhada pelos seguintes documentos:

a) Fotocópia de documento de identificação de cada candidato;

b) As declarações previstas no artigo 5.º, deste regulamento, quando for o caso.

3 – O Presidente da Mesa da Assembleia Geral poderá adoptar modelos próprios para a apresentação das listas de candidatura e instrução das mesmas, de acordo com o disposto no presente Regulamento, que, nesse caso estarão disponíveis na sede da AGN ou através do seu site oficial, em simultâneo com o aviso convocatório para as eleições.

4 – Os documentos acima referidos podem ser enviados por qualquer meio para a AGN, incluindo o correio electrónico.

Artigo 22º

Apresentação de meios de prova

1 - O Presidente da Mesa da Assembleia Geral poderá a qualquer momento, mesmo após a admissão inicial das listas de candidaturas, oficiosamente, ou a requerimento de qualquer interessado que legitimamente fundamente o seu pedido, solicitar aos candidatos a apresentação dos meios de prova adequados, nos termos da lei, relativos às suas condições de elegibilidade, ou requerê-los oficiosamente às entidades competentes.

2 – Caso se verifique alguma incorrecção, que não possa ter sido resultado de mero e evidente lapso, das declarações iniciais de qualquer candidato, será a lista em que este se encontra imediatamente excluída do processo eleitoral, sem prejuízo das demais medidas, em matéria disciplinar ou penal que ao caso possam caber.

3 – O Presidente da Mesa da Assembleia Geral poderá sempre notificar o candidato em causa, dando-lhe um prazo para se pronunciar, antes de decidir.

Artigo 23º

Admissão ou rejeição das listas

1 – No prazo máximo de 3 (três) dias, após o termo do prazo para apresentação das candidaturas, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral decide, por despacho autónomo e fundamentado, sobre a admissão ou rejeição de cada uma das listas de candidaturas, podendo ainda convidar ao suprimento de irregularidades.

2 – As decisões serão notificadas aos mandatários das respectivas listas, afixadas em local visível na sede da AGN e publicitadas no seu site oficial.

3 – As notificações devem ser efectuadas no mais curto espaço de tempo, por correio electrónico.

Artigo 24º

Rejeição imediata das listas

São fundamentos de rejeição imediata de uma lista de candidatura:

A manifesta inelegibilidade de qualquer candidato;

O insuficiente número de candidatos;

A inexistência de mandatário;

A apresentação fora do prazo previsto no presente regulamento;

A insuficiência do número de delegados subscritores de cada uma das listas, nos termos estatutários e regulamentares.

Artigo 25º

Convite para suprimento de irregularidades

1 – Nos casos em que o Presidente da Mesa da Assembleia Geral verifique a existência de irregularidades nas candidaturas, notificará, de imediato e via correio electrónico, o respectivo mandatário para, no prazo máximo de 2 (dois) dias, proceder à sanção das mesmas, sob pena de rejeição, após o decurso daquele prazo.

2 – Constituem irregularidades todas as deficiências do processo de candidatura que não devam determinar a imediata rejeição, designadamente:

- a) A insuficiente identificação dos candidatos e do mandatário;
- b) A falta de qualquer assinatura;
- c) A insuficiência de documentos que devem instruir o processo;
- d) A existência de um candidato que integre uma lista para mais de um órgão associativo.

2 - Se o candidato que figurar em mais que uma lista, não for substituído, após o convite efectuado nos termos do nº 1, serão rejeitadas todas as listas em que ele se haja apresentado.

Artigo 26º Reclamações

1 - Das decisões de rejeição ou admissão de candidaturas cabe reclamação para a Mesa da Assembleia Geral, a apresentar pelo mandatário da lista que nela tenha interesse directo ou indirecto.

2 - As reclamações devem ser apresentadas, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias após a notificação da decisão.

3 - As reclamações serão decididas pela Mesa da Assembleia Geral, em definitivo, no prazo máximo de 2 (dois) após a sua apresentação.

Artigo 27º Listas definitivas

Inexistindo reclamações ou decididas estas, serão todas as listas concorrentes às eleições afixadas em local visível da AGN, publicadas no seu site oficial e enviadas via correio electrónico aos delegados que compõem a Assembleia Geral.

Artigo 28º Acto eleitoral

1 – No dia e local da Assembleia Geral Eleitoral e à hora fixada para o seu início o Presidente da Mesa declarará aberto o período de votações e anunciará aos presentes a duração do mesmo.

2 – No local deverá existir uma urna ou outro recipiente que garanta o secretismo e inviolabilidade dos votos, bem como condições para que cada delegado possa exercer o seu direito de voto em completa privacidade e liberdade.

3 - No local estarão afixados, em local bem visível, as listas concorrentes, com identificação dos candidatos que integram cada lista.

4 – Poderão estar presentes no local todos os membros dos órgãos cessantes, bem como todos os candidatos que integrem listas de candidaturas, desde que tal não perturbe o decurso do acto, mas só os mandatários destas se podem dirigir à Mesa para pedidos de esclarecimentos ou apresentação de reclamações.

Artigo 29º Boletins de voto

1 - Existirão boletins de voto para cada órgão a eleger, do qual constarão todas as listas concorrentes, identificadas pela sua sequência alfabética.

2 – Os boletins de voto poderão, preferencialmente, ter cores diferentes para cada órgão a eleger.

Artigo 30º Exercício do direito de voto

1 – Cada Delegado da Assembleia Geral que pretenda exercer o seu direito de voto, deverá identificar-se, mediante a apresentação de documento válido para o efeito, e, após confirmação desta, assinar o caderno eleitoral.

2 – São-lhe então entregues os boletins de voto, um para cada órgão que deva ser eleito nessa assembleia.

3 – O Delegado exercerá o seu direito de voto, após o que entregará os boletins de voto, dobrados em quatro, separadamente, para que sejam introduzidos na urna.

4 - Se antes da hora fixada para o encerramento das votações se verificar que exerceram o seu direito de voto todos os delegados que compõem a Assembleia Geral, pode o Presidente da Mesa declarar encerrado o período de votações e passar à fase de abertura da urna e contagem de votos.

Artigo 31º Apuramento de resultados

1 - Após ser declarado encerrado o período de votações, só ficarão no local o Presidente da Mesa e demais membros desta que estejam presentes, os elementos nomeados por aquele para o processo eleitoral e os mandatários das listas de candidaturas.

2 – O Presidente, auxiliado pelos demais elementos presentes, com excepção dos mandatários, procederá à contagem dos votos, separando-os, para cada lista, em válidos, brancos e nulos.

3 – Considera-se voto em branco o boletim que não contenha qualquer tipo de marca aposta pelo eleitor.

4 – Considera-se voto nulo o boletim:

No qual tenha sido assinalado mais do que um quadrado ou em que haja dúvidas sobre qual o quadrado assinalado;

No qual tenha sido assinalado o quadrado correspondente a uma lista que tenha desistido das eleições ou que tenha sido excluída;

Na qual tenha sido feito qualquer corte, desenho ou rasura, ou quando tenha sido escrita qualquer palavra.

5- Será considerado válido o boletim de voto no qual a cruz, embora não perfeitamente desenhada ou excedendo os limites do quadrado, assinale inequivocamente a vontade do eleitor.

6 - Após o encerramento da votação, e antes de iniciada a contagem dos votos, o Presidente da Mesa dará a palavra aos mandatários das listas, para que estes possam apresentar todas as reclamações e impugnações à Mesa da Assembleia Geral, relativamente ao período até aí decorrido.

7- Após a contagem de votos, o Presidente da Mesa e demais elementos procedem de imediato ao apuramento de resultados e à conversão de votos em mandatos, de acordo com os métodos previstos no presente Regulamento.

Artigo 32º

Anúncio oral de resultados

1 - Quando terminar a contagem dos votos e a operação de conversão de votos em mandatos, o Presidente da Mesa manda abrir novamente o local às pessoas presentes, perante as quais publicita oralmente os resultados obtidos por cada lista, para cada órgão associativo, indicando o número de votos e a identificação dos membros eleitos.

2 - Após a contagem dos votos e a publicitação oral dos respectivos resultados, é novamente dada a palavra aos mandatários das listas, para que estes apresentem as reclamações e impugnações relativas à contagem e aos resultados.

Artigo 33º

Decisão de reclamações e impugnações

Após a sua apresentação, as reclamações e impugnações são imediatamente decididas, em definitivo, pela Mesa da Assembleia Geral, que para o efeito reúne em conferência, e as respectivas decisões notificadas de imediato aos mandatários.

Artigo 34º

Designação da data da posse

Uma vez publicitados oralmente os resultados, e decididas todas as questões suscitadas, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral designa de imediato, ouvido o Presidente cessante e o mandatário do Presidente eleito, a data da tomada de posse dos novos membros eleitos para os órgãos associativos que terá lugar dentro do prazo máximo de 20 (vinte) dias.

CAPÍTULO IV

PROCESSO ELEITORAL DA ELEIÇÃO PARA DELEGADOS

Artigo 35º

Capacidade eleitoral activa

1 – Os praticantes, os treinadores e os juizes têm capacidade para eleger os delegados representantes da categoria respectiva, de acordo com o disposto nos Estatutos, devendo ter cumpridas todas as obrigações inerentes à sua filiação.

2 – Têm capacidade eleitoral para eleger os delegados que os representam, os praticantes, treinadores e juizes que preencham os requisitos que lhes conferem o direito à representação, nos termos dos artigos 22º dos Estatutos, e que, como tal, se encontrem devidamente inscritos nos cadernos eleitorais.

3 - Os eleitores que possuam mais do que uma qualidade de agente desportivo e, como tal, possam figurar em mais do que um caderno eleitoral, só poderão votar numa das categorias.

Artigo 36º

Cadernos eleitorais

1 - Os praticantes serão agrupados em cadernos eleitorais, de acordo com o seguinte critério:

Único: Praticantes filiados há pelo menos 2 anos em cada uma das disciplinas gímnicas.

2 - Os treinadores serão agrupados em cadernos eleitorais, de acordo com o seguinte critério:

Único : Treinadores filiados em cada uma das disciplinas gímnicas.

3 - Os Juizes serão agrupados em cadernos eleitorais, de acordo com o seguinte critério:

Único : Juizes filiados nas disciplinas gímnicas.

4 – Para efeitos do disposto no presente artigo toma-se como data de referência as filiações válidas a 31 de Dezembro do ano civil anterior ao acto eleitoral.

Artigo 37º

Cadernos eleitorais provisórios e reclamações

1 - Os serviços da AGN, sob orientação, direcção e fiscalização do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, organizarão os cadernos eleitorais provisórios, de acordo com os elementos disponíveis, e os mesmos serão publicados no respectivo site, e divulgados via correio electrónico, em circular.

2 - Todas as pessoas ou clubes que, entendendo preencher os critérios fixados para cada categoria, aí não figurarem, devem, no prazo de 5 (cinco) dias contados da sua publicação e divulgação, requerer fundamentadamente a sua inclusão, o que poderão fazer por correio electrónico, para a Comissão Eleitoral que entretanto se constitua.

3 – A Comissão Eleitoral analisará todas as situações, notificando sempre o interessado das suas decisões, por correio electrónico, e elaborará os cadernos eleitorais definitivos, que serão publicados no site da AGN e divulgados via correio electrónico em circular.

Artigo 38º

Convocatória

1 - A convocatória para as eleições de delegados será feita pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com a antecedência mínima de 20 (Vinte) dias, em relação ao primeiro dia fixado para as eleições, por meio de aviso convocatório por ele assinado e divulgado de forma ampla, por todos os meios expeditos, nomeadamente, envio por correio electrónico, divulgação em circular, e publicação no site oficial da AGN.

2 – Na mesma data deve ainda ser afixado em local bem visível, na sede da AGN.

3 – Do aviso convocatório devem constar a data das eleições, a nomeação da Comissão Eleitoral e a data limite para a apresentação de candidatos a delegados, de acordo com o estabelecido no presente Regulamento.

4 – Devem ainda constar todos os elementos relevantes que já estejam disponíveis nesse momento designadamente os cadernos eleitorais, e os locais e horários de funcionamento das assembleias de voto, mas sem que a sua falta implique qualquer irregularidade, pois poderão ser divulgados logo que disponíveis.

Artigo 39º

Direcção e coordenação do processo eleitoral

1 - A direcção e coordenação do processo eleitoral para os delegados competem a uma Comissão Eleitoral, nomeada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, que à mesma presidirá, a qual zelará pela legalidade das eleições e cumprimento de todas as normas estatutárias e regulamentares aplicáveis.

2 – Compete igualmente à Comissão Eleitoral a decisão sobre todas as reclamações apresentadas durante o processo eleitoral, que serão passíveis de recurso para a Mesa da Assembleia Geral.

3 – A Comissão Eleitoral será constituída por um máximo de 5 (cinco) elementos, nomeados de entre os funcionários ou técnicos da AGN, que não façam parte dos órgãos associativos, nem sejam candidatos integrantes de nenhuma lista.

4 – A nomeação da Comissão Eleitoral constará do aviso convocatório para as eleições.

Artigo 40º

Apresentação de candidaturas

1 – A candidatura de cada interessado ao lugar de delegado, é apresentada pelo próprio, através de uma lista uninominal, e entregue na sede da AGN até 10 (dez) dias antes do dia do acto eleitoral, indicando o universo eleitoral dentro do qual se candidata.

2 – As diferentes listas uninominais para os diversos delegados a eleger, de acordo com os critérios fixados, serão classificadas por uma sequência alfabética, de acordo com a respectiva ordem de entrada.

Artigo 41º

Instrução, admissão e rejeição das candidaturas

1 – À instrução, admissão, rejeição e suprimimento das deficiências das candidaturas aplicam-se, com as necessárias adaptações, as normas do presente Regulamento que regulam as mesmas matérias nas eleições para os titulares de órgãos associativos.

2 – A Comissão Eleitoral poderá aprovar modelos próprios para a apresentação das candidaturas e instrução das mesmas, de acordo com o disposto no presente Regulamento, que, nesse caso, estarão disponíveis na sede da AGN ou através do seu site oficial.

Artigo 42º

Assembleias de voto

- 1 – A assembleia de voto terá lugar na sede da AGN, mas a Comissão Eleitoral, poderá, por razões de operacionalidade, nos casos em que não haja condições de espaço ou de tempo, determinar a constituição de assembleia de voto noutra local.
- 2 – A assembleia de voto não pode iniciar-se antes das 9 horas, nem depois das 17 horas, e terá que incluir um período destinado à votação não inferior a 4 (quatro) horas.
- 3 – A assembleia de voto é constituída por uma mesa para promover e dirigir as operações eleitorais composta por, pelo menos, dois elementos, podendo ainda ser integrada por elementos da Comissão Eleitoral.
- 4 – No local deverá existir uma urna ou outro recipiente que garanta o secretismo e inviolabilidade dos votos, bem como condições para que cada eleitor possa exercer o seu direito de voto em completa privacidade e liberdade.
- 5 – No local estarão afixados, em local bem visível, os nomes de todos os candidatos concorrentes.
- 7 – Na assembleia de voto poderá estar presente qualquer candidato a delegado mas apenas com poderes de fiscalização do ato eleitoral.
- 8 – Qualquer reclamação apresentada à mesa da assembleia de voto, deverá ser comunicada de imediato, por qualquer meio, à Comissão Eleitoral, que a decidirá.

Artigo 43º

Boletins de voto

- 1 – Na assembleia de voto haverá boletins de voto de acordo com as respetivas categorias.
- 2 – Cada boletim de voto destina-se a cada uma das três categorias diferentes de eleitor (praticantes por disciplina gímnica, treinadores por disciplina gímnica e juízes), e dele constam, de forma discriminada, os candidatos segundo os diferentes critérios.

Artigo 44º

Exercício do direito de voto

- 1 – Cada eleitor que pretenda exercer o seu direito de voto, deverá identificar-se mediante a apresentação de documento válido para o efeito, e após confirmação deste, será efectuada uma descarga no respectivo caderno eleitoral.
- 2 – Ser-lhe-á então entregue o boletim de voto correspondente à sua categoria de eleitor.
- 3 – O eleitor exercerá o seu direito de voto, após o que introduzirá o mesmo na urna, dobrado em quatro.

Artigo 45º

Contagem de votos e acta

- 1 – Após o encerramento das votações, a mesa de cada assembleia de voto procederá à contagem dos votos, separando-os, para cada lista, em válidos, brancos e nulos.
- 2 – Esses resultados serão anotados numa acta, de modelo aprovado pela Comissão Eleitoral, da qual constarão também outras informações relevantes como incidências que hajam ocorrido durante o processo eleitoral.
- 3 – A mesa procederá ao anúncio oral desses resultados a todos os presentes, devendo fazer a advertência de que são provisórios até serem homologados pela Comissão Eleitoral.
- 4 – A mesa comunicará os resultados provisórios, de imediato, e por forma expedita, à Comissão Eleitoral.

Artigo 46º

Remessa de documentos e apuramento final

- 1 - No máximo no primeiro dia útil posterior ao acto eleitoral, a mesa de cada assembleia de voto, deve remeter à Comissão Eleitoral, por portador em mão ou correio registado, os cadernos eleitorais com as descargas assinaladas, os boletins de voto utilizados, válidos, brancos e nulos e a acta final de apuramento provisório.
- 2 - Após recepção de todos os documentos referidos no artigo anterior, a Comissão Eleitoral apura os resultados finais e definitivos, fazendo publicar no site oficial um mapa completo com todos os resultados, sem prejuízo dos resultados provisórios cuja publicação haja ordenado entretanto.

Artigo 47º

Normas supletivas

Em tudo o que não esteja especificamente regulado neste capítulo, ou nas disposições gerais, aplicam-se, às eleições para delegados, com as necessárias adaptações, as normas que regulam as eleições para titulares dos órgãos associativos.

CAPÍTULO V DESIGNAÇÕES E SUBSTITUIÇÕES DE DELEGADOS

Artigo 48º

Designação de delegados

- 1 – Cada clube com as quotas em dia, designará um delegado para integrar, por inerência a Assembleia Geral.
- 2 - Para além dos delegados referidos nos números anteriores um clube que tenha uma média de inscritos, no ciclo olímpico anterior, superior a 150 ginastas em quaisquer das modalidades referidas no artigo 3º dos Estatutos, poderá designar mais um delegado.
- 3 – A designação é efectuada, por escrito, em documento dirigido ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, subscrito por quem validamente obrigue ao clube, a apresentar antes do início de cada reunião.
- 4 – Os delegados designados têm que obedecer aos requisitos gerais de elegibilidade previstos no presente regulamento.

Artigo 49º

Substituição de delegados eleitos

- 1- Verifica-se a impossibilidade superveniente do exercício de funções por parte de um delegado eleito nos seguintes casos: Morte, ou incapacidade física ou psíquica, definitiva ou de duração indeterminada; Ausência prolongada e de duração indeterminada, do território nacional, por motivo superveniente, que torne previsivelmente difícil o exercício das suas funções.
- 2 – Se o delegado tiver sido eleito entre mais que um candidato, será substituído pelo candidato seguinte mais votado, se este aceitar.
- 3 – O delegado substituto exercerá todos os direitos correspondentes, mas apenas durante o restante período do ciclo olímpico.
- 4 – Se não tiver havido mais candidatos ou estes não aceitarem a substituição, Nestes casos, haverá eleições intercalares, para o que restar do período, limitadas ao universo eleitoral daquela categoria de delegado, mas apenas se faltar mais de um ano para o final do ciclo olímpico.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 50º

Interpretação e integração de lacunas

O presente Regulamento deve ser interpretado e integrado, consoante a natureza das eleições em causa, através de casos análogos constantes da legislação que estabelece o regime eleitoral para o Presidente da República ou para a Assembleia da República.

Artigo 51º

Entrada em vigor

O presente Regulamento Eleitoral entra em vigor no primeiro dia útil a seguir à sua aprovação.